

APRESENTAÇÃO

A vivência de pouco mais de dez anos à frente da Coordenação do Comitê Estadual das Demandas da Saúde e do Centro Judiciário de Solução Consensual de Conflitos – Natal (CEJUSC), comungada por um grupo dedicado à causa da resolução de conflitos entre cidadãos demandantes e o Estado ou empresas privadas, fornecedores de serviços, medicamentos e produtos/equipamentos da área médica, requisitados para atenção a problemas de saúde, por via judicial, nos proporcionou experiência e aprendizado capazes de pôr alguma luz sobre o tema da Judicialização da Saúde, muitas vezes debatido sem o correto arcabouço que englobe desde as suas causas até o esforço desprendido das partes envolvidas para garantir a efetivação desse direito – de tutela individualmente reclamada – com o mínimo de intervenção nas políticas públicas, gestão de orçamentos e andamento das “filas” de espera – de característica universal.

A clara percepção de que este conhecimento não poderia manter-se confinado, posto que capaz de dirimir equívocos acusatórios, seja de má vontade do Poder Público, seja de ativismo judicial, levou-nos a coordenar esforços para assentar os testemunhos desta experiência na forma dos artigos que compõem esta Edição Temática – Judicialização da Saúde – da Revista do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte (REPOJURN).

São ao todo sete artigos, escritos com a autoridade de quem não apenas viu nascer o processo e a estrutura administrativa da causa, mas colaborou em sua concepção e construção – juízes, advogados, procuradores, membros do Ministério Público, médicos, gestores públicos, acadêmicos – dando um giro completo nas diversas vertentes do assunto, ampliando a percepção das causas, descrevendo o esforço de gerenciamento das demandas e apontando caminhos para uma melhor solução definitiva.

As abordagens demonstram as causas e a evolução da questão da judicialização da saúde no Brasil; tratam de questões do subfinanciamento do SUS, maximização da tutela sanitária individual em detrimento da macro-justiça como alternativa à promoção universal e igualitária do atendimento; papel das universidades, elaboração de Notas Técnicas e funcionamento do Núcleo de Apoio Técnico ao Judiciário (NATJUS); tempo de espera em filas de regulação; fornecimento de medicamentos e sua escassez; crítica à formulação e arquitetura de políticas públicas como fonte de intervenção e tutela judicial; ações desenvolvidas pelo

Comitê Estadual da Saúde no Rio Grande do Norte; criação do Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde (FONAJUS); Comitê Interinstitucional de Demandas da Saúde (CIRADS), sua criação e atuação coletiva. Enfim, uma coletânea que abraça a descrição da estrutura e funcionamento dos órgãos envolvidos na busca de solução para o problema da Judicialização da Saúde, descreve as causas primeiras e fundamentais da questão, tece críticas, mas busca apoio em ideias transformadoras, buscando atender a todos os agentes envolvidos.

Agradeço e aplaudo a todos os autores que atenderam ao chamamento para registrar e publicizar seu conhecimento e experiência, resultando nos excelentes artigos selecionados e aqui organizados;

Agradeço o apoio e acolhimento da ideia dessa Edição Temática da REPOJURN, por parte do seu então Editor-chefe, Dr. Francisco Seráphico da Nóbrega Coutinho, que por primeiro acatou a proposta e aos diretores do periódico, Desembargador Cornélio Alves, Diretor à época da admissão do projeto; Desembargador Expedito Ferreira, Diretor quando da aprovação e dotação orçamentária para sua execução e Dr. Luiz Alberto Dantas, Juiz Convocado, como Diretor quando dos avanços finais e efetiva publicação deste Caderno que repto como mais um legado à frente do Comitê Estadual das Demandas da Saúde e do Centro Judiciário de Solução Consensual de Conflitos – Natal (CEJUSC).

Com muita satisfação e honrada em fazê-lo, entrego ao público leitor esta coletânea, esperando que surta os efeitos colimados.

Valéria Maria Lacerda Rocha

Coordenadora do Comitê Estadual das Demandas da Saúde
e do CEJUSC Saúde de Natal